



\$PED

CONTRIBUIÇÕES

APLICAÇÃO DO CTN

(Art. 5º CTN)



INDIRETOS

- SOBRE A RECEITA

produção

IPI

vendas

ICMS

serviços

ISS

EFD ICMS/IPI

Ajuste SINIEF 02,
de 3 de abril de 2009

receita bruta

PIS

COFINS

CPRB

EFD CONTRIBUIÇÕES

Instrução Normativa RFB nº 1.052,
de 5 de julho de 2010

DIRETOS

- SOBRE A RENDA

IRPJ

CSLL

ECF

Instrução Normativa RFB nº 1.422,
de 19 de dezembro de 2013

APLICAÇÃO DO **CTN**

Art. 113 da Lei nº 5.172/1966

§ 1º Obrigação Principal



§ 2º Obrigação Acessória



EFD CONTRIBUIÇÕES

BLOCO A
SERVIÇOS

Documentos:

Modelos

NF 3
NF 3A
NF 3B
NFS
NFCe 65

BLOCO C
VENDAS

Documentos:

Modelos

NF 1
NF 1A
NF 2
NFe 55
NFCe 65

BLOCO D
TRANSPORTE

Documentos:

Modelos

NF 7
NF 8
NF 9
NF 10
NF 11
NF 27
CTe 57



CRCCE

SUBSTITUIÇÃO DA DA CON



Sped

Contribuições

A100

A170

SERVIÇOS

NFS

ÍTENS

RETENÇÕES

Lei
13.137/2015

F600

FATURAMENTO

RETENÇÕES

VENDAS

NF

ÍTENS

CRÉDITOS

F100

Lei
10.833/2003

C100

C170

CRÉDITOS



DOCUMENTOS FISCAIS



Documentos
de Saídas

Documentos
de Entradas

DÉBITOS

(Art. 3º) Lei 10.637/2002
Lei 10.833/2003

CRÉDITOS



Vendas

C100
C170



Prestação de
Serviços

A100
A170



Receita de
Aluguel

F100



Compras

C100
C170

Inciso I



Despesa com
Insumos

A100
A170
C100
C170
F100

Inciso II



Despesa com
Energia

C500
C501
C505

Inciso III



Despesa
com Aluguel

F100

Inciso IV



IN 1.234/2012



Lei 13.137/2015

Retenções
na Fonte

F600

DOCUMENTOS FISCAIS



Compras



Vendas



Serviços

As Notas Fiscais de entrada são escrituradas apenas pelas empresas do Regime Não Cumulativo quando tiverem itens com direito a crédito.

Apuração do PIS / COFINS



EFD CONTRIBUIÇÕES

Instrução Normativa RFB nº 1.052,
de 5 de julho de 2010

A Nota Fiscal e recibo de insumo, a fatura de energia e o recibo de aluguel deverão ser escriturados no bloco de registro das entradas.

DOCUMENTOS FISCAIS

TOMADOR

PRESTADOR



TRIBUTOS S/ FATURAMENTO	R\$
PIS (0,65%)	650,00
COFINS (3%)	3.000,00

LEI 10.833/2003

LC 7/1970

LC 70/1991

LEI 4.625/1922

TRIBUTOS S/ LUCRO PRESUMIDO	R\$
IRPJ (4,8%)	4.800,00
CSLL (2,88%)	2.880,00

LEI 9.430/1996

LEI 9.718/1998

LEI 12.814/2013

LEI 7.689/1988

LEI 9.711/1998

INFORMAÇÕES	R\$
Valor Bruto da Nota Fiscal	100.000,00
IRRF (1,5%)	1.500,00
CSRF (4,65%)	4.650,00
Retenção INSS (11%) (3,5%)	11.000,00
Valor Líquido da Nota Fiscal	82.850,00

LEI 8.846/1994

LEI 12.973/2014

IN RFB 971/2009

IN RFB 1.234/2012

LEI 13.137/2015

LEI 12.546/2011





Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

fraudar a fiscalização tributária,

Seção I

inserindo elementos inexatos,

Art. 1º Corrente de fraude tributária, mediante as seguintes condutas: (vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000)

ou omitindo operação de qualquer natureza,

documento ou livro exigido pela lei fiscal,

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributária, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou devesse saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

No exercício de suas funções,

os prepostos são pessoalmente responsáveis,

perante os preponentes,

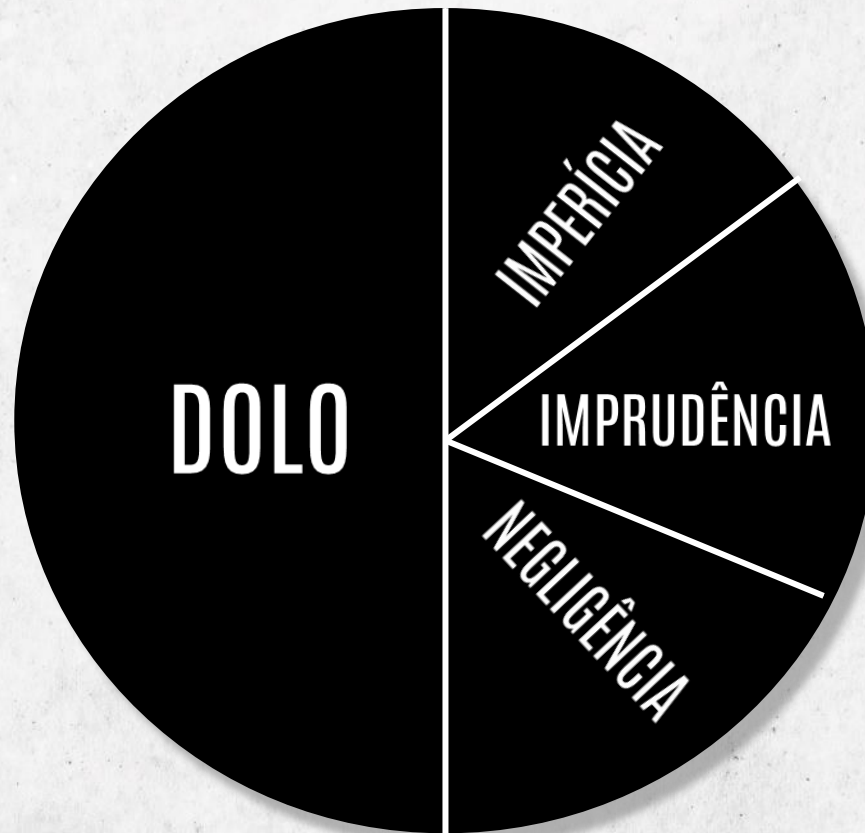
e, perante terceiros,

solidariamente com o preponente,

pelos atos dolosos.

CULPA

INTENSÃO
DE FAZER É
FRAUDE



SEM A
INTENSÃO DE
FAZER É
ERRO



CRUZAMENTO **DIGITAL**

SUPERCOMPUTADOR



BANCOS

E-FINANCEIRA

CNPJ's

SPED

ADM. CARTÕES

DECRED

IMOBILIÁRIAS

DIMOB

**CLINICAS,
HOSPITAIS,
PLANOS DE
SAÚDE**

DIMED

CARTÓRIOS

DOI

CPF's

DIRPF

FINANCEIRAS

DIMOF

COAF

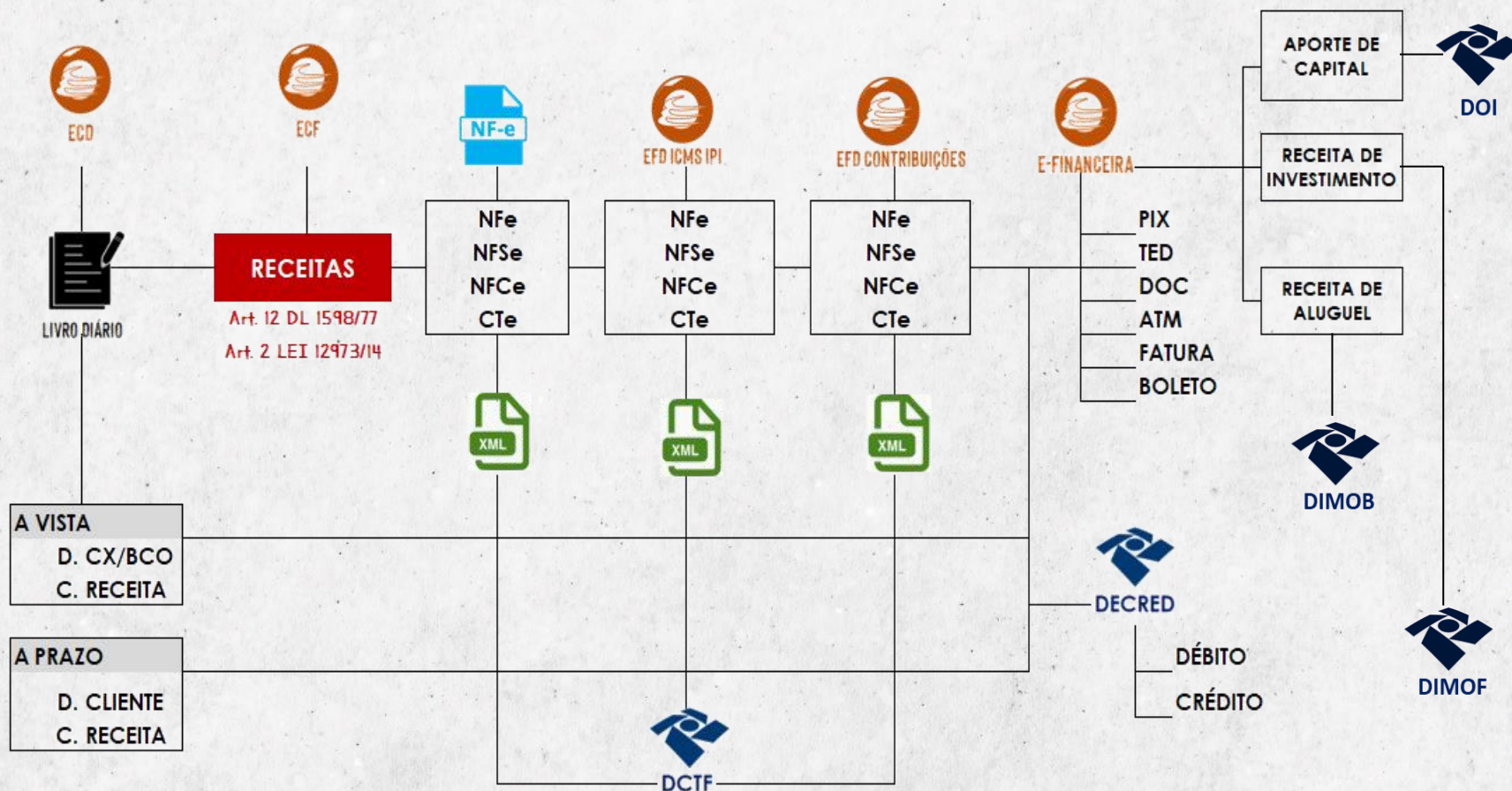
M. PÚBLICO

P. FEDERAL

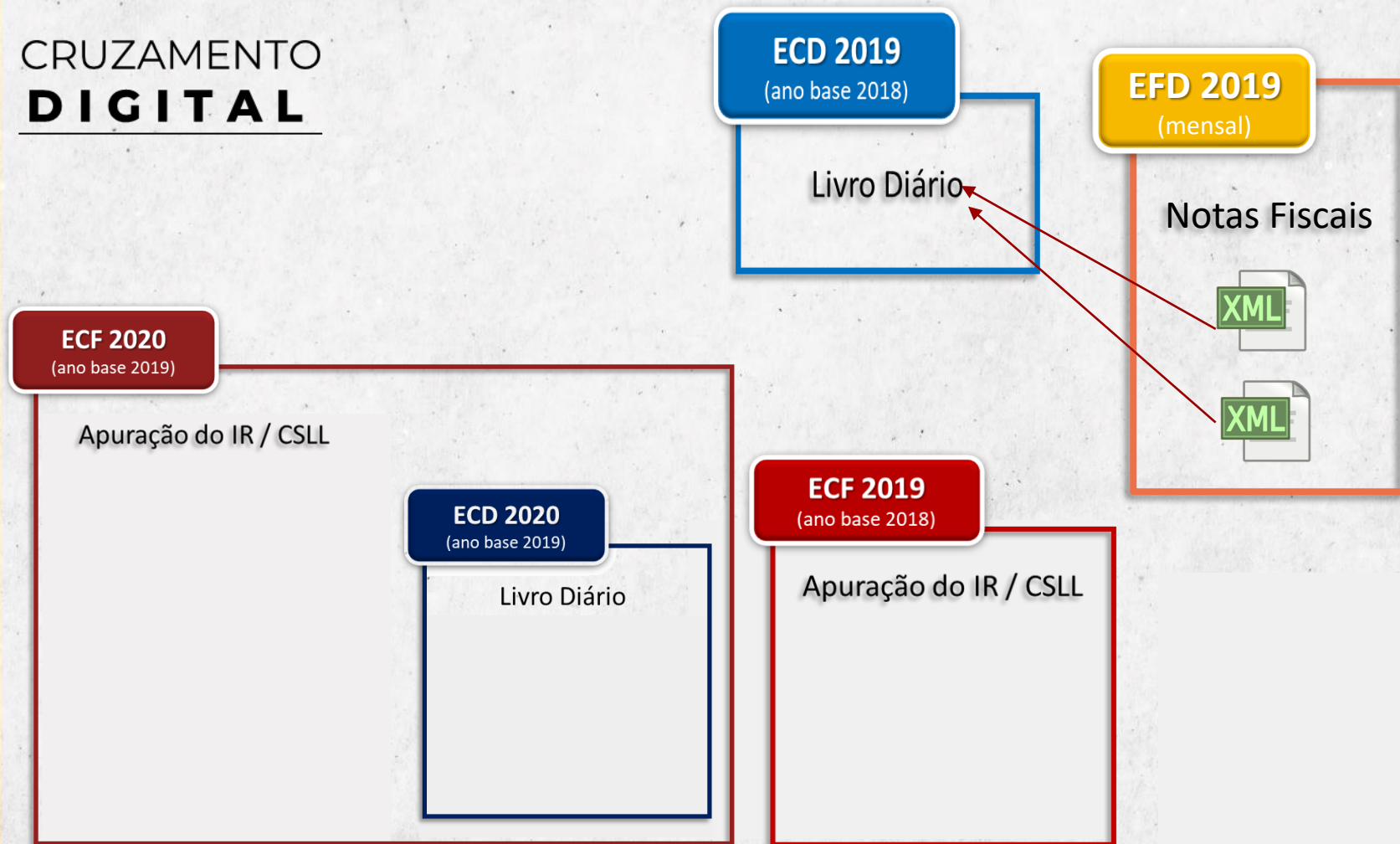
JUÍZES

**ESTADOS E
MUNICÍPIOS**

CRUZAMENTO DIGITAL



CRUZAMENTO **DIGITAL**



Tipos de Receitas	Cliente		Total da Receita	Registro	
	Privado	Público		Pai	Filho
Serviços	5.000,00	-	5.000,00	(A100)	(A170)
Vendas	32.000,00	55.000,00	87.000,00	(C100)	(C170)
Transporte	18.000,00	-	18.000,00	(D200)	(D201/D205)
Receita Bruta	55.000,00	55.000,00	110.000,00		
Base dos Créditos s/ Entradas	60.000,00	-	60.000,00	(C100)	(C170)
Base dos Créditos s/ Despesas	20.000,00		20.000,00	(F100)	
Base de Retenção na Fonte	5.000,00	50.000,00	55.000,00	(F600)	

REGIMES			
	PIS	COFINS	
Cumulativo	0,65%	3%	
Não Cumulativo	1,65%	7,6%	

Cruzado com a EFD REINF

Base Legal: Art. 2º da Lei nº 10.637/02,
Art. 2º da Lei nº 10.833/03

Base Legal: Art. 31 da Lei nº 10.833/03,
alterado pelo Art. 24 da Lei nº 13.137/15,
Anexo I da IN RFB nº 1.234/12

Base Legal: Incisos III e IV do Art. 3º
das Lei nº 10.637/02 Lei nº 10.833/03

Base Legal: Incisos I do Art. 3º
das Lei nº 10.637/02 Lei nº 10.833/03

DÉBITO	PIS s/ Receita Bruta	(M200-2)	
	COFINS s/ Receita Bruta	(M600-2)	
CRÉDITO	PIS Retido na Fonte	(M200-6)	
	COFINS Retida na Fonte	(M600-6)	
CRÉDITO	PIS s/ despesas	(M200-3)	
	COFINS s/ despesas	(M600-3)	
CRÉDITO	PIS s/ aquisições	(M200-3)	
	COFINS s/ aquisições	(M600-3)	
APURAÇÃO	PIS Apurado	(M200-8)	(M205-2)
	COFINS Apurada	(M600-8)	(M605-2)

Cumulativo		Não Cumulativo	
Alíquota	Valor	Alíquota	Valor
0,65%	715,00	1,65%	1.815,00
3%	3.300,00	7,6%	8.360,00
0,65%	357,50	0,65%	357,50
3%	1.650,00	3%	1.650,00
		1,65%	330,00
		7,6%	1.520,00
		1,65%	990,00
		7,6%	4.560,00
	357,50		137,50
	1.650,00		630,00

Registro M205: Contribuição para o PIS/Pasep a Recolher—Detalhamento por Código de Receita

Neste registro será informado, por código de receita (conforme códigos de débitos informados em DCTF), o detalhamento da contribuição a recolher informada nos campos 08 (regime não cumulativo) e 12 (regime cumulativo) do Registro Pai M200.

TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Descrição de Faturamento

Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês

QUANTIDADE	TARIFA	VALOR	QUANTIDADE	TARIFA	VALOR
CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MUNICIPAL		R\$***200,00	CONSUMO KWH + ICMS/IPI/COFINS	3.313	0,784890
					R\$**9.800,00
			TOTAL A PAGAR		R\$**10.000,00

REGIME NÃO CUMULATIVO. DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA. CONDIÇÕES DE CREDITAMENTO. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

Somente dão direito a crédito no âmbito do regime da não cumulatividade os valores gastos com o consumo de energia elétrica, não sendo considerados créditos os valores pagos às empresas concessionárias de energia elétrica a outro título.



Número do Processo
10940.001475/2005-70

Tipo do Recurso
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Data da Sessão
18/07/2019

Relator(a)
LUIS FELIPE DE BARROS RECHE

Nº Acórdão
3001-000.878

Tributo / Matéria



TAXA DE CONDOMÍNIO

Locatário IMOBILE LTDA

CNPJ

RECIBO DE ALUGUEL

Aluguel	R\$ 48.000,00
Água / Luz	R\$ 0,00
Impostos e Taxas	R\$ 0,00
Condomínio	R\$ 2.000,00
Outros	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 50.000,00

Recebi(emos) de

RECIBO

Brasília,

Recebi(emos) de

IMOBILE LTDA



Receita Federal

Coordenação-Geral de Tributação

Solução de Consulta nº 248 - Cosit

Data

20 de agosto de 2019

TOTAL

R\$ 50.000,00

CRÉDITO. ALUGUÉIS DE PRÉDIOS. INCLUSÃO DA COTA CONDOMINIAL. IMPOSSIBILIDADE.

No regime de apuração não cumulativa da Cofins, o crédito relativo a alugueis de prédios não inclui os dispêndios suportados pelo locatário em decorrência da locação do imóvel, tal como a cota condominial.



CRCCE

TAXA DE **CONDOMÍNIO**

Sentença do juiz José Henrique Prescendo, da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo da Justiça Federal de São Paulo concedeu, para uma rede de lojas, o direito a créditos de PIS e Cofins sobre gastos com taxas de condomínio de shopping center.

“De modo que tais despesas são encargos acessórios do contrato de aluguel e, assim, também devem ser consideradas como insumos”, diz o magistrado na sentença (processo nº 5019482-56.2020.4.03.6100).

Guia Prático da EFD Contribuições – Versão 1.35: Atualização em 18/06/2021

O ajuste da base de cálculo do PIS/Cofins pela **exclusão do ICMS** deverá ser realizado de forma individualizada em cada um dos registros a que se referem os documentos fiscais, de acordo com a tabela abaixo.

Registro	Exclusão ICMS	Descontos incondicionais	Demais exclusões
C170	Campo 15 - VL_ICMS	Campo 08 - VL_DESC	Campo 08 - VL_DESC

REGISTRO - C100 - SAIDA - Nota Fiscal

REGISTRO - C100 - SAIDA

C100 - Nota Fiscal

1° 2° 3° 4° 5° 6° 7° 8° 9° 10° 11° 12° 13° 14° 15° 16° 17° 18° 19° 20° 21° 22° 23° 24° 25° 26° 27° 28° 29°

| C100 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Situação	00	▼	Documento regular
Emitente	0	▼	Emissão própria
Participante	Campo Obrigatório	▼	
Número do documento	Campo Obrigatório	E	Série
Data da emissão	Campo Obrigatório //	E	Data da entrada ou da saída
Tipo de pagamento	Campo Obrigatório	▼	
Tipo do frete	9	▼	Sem Ocorrência de Transporte
Chave documento eletrônico	- - - - / - - - - . - - - -		
Base de cálculo do ICMS		Valor do ICMS	
Base de cálculo do ICMS ST		Valor do ICMS ST	
Valor total do documento	Campo Obrigatório	E	Valor total das mercadorias e serviços
Valor do desconto			Abatimento não tributado e não comercial
Valor do frete			Valor do seguro
Valor de outras despesas			Valor do IPI
Valor do PIS/Pasep			Valor do PIS/Pasep ST
Valor da COFINS			Valor da COFINS ST

Guia Prático da EFD Contribuições – Versão 1.35: Atualização em 18/06/2021

O ajuste da base de cálculo do PIS/Cofins pela **exclusão do ICMS** deverá ser realizado de forma individualizada em cada um dos registros a que se referem os documentos fiscais, de acordo com a tabela abaixo.

Registro	Exclusão ICMS	Descontos incondicionais	Demais exclusões
C170	Campo 15 - VL_ICMS	Campo 08 - VL_DESC	Campo 08 - VL_DESC
C175	Campo 04 - VL_DESC	Campo 04 - VL_DESC	Campo 04 - VL_DESC
C181	Campo 05 - VL_DESC	Campo 05 - VL_DESC	Campo 05 - VL_DESC
C185	Campo 05 - VL_DESC	Campo 05 - VL_DESC	Campo 05 - VL_DESC
C381 ¹	Campo 05 - VL_BC_PIS	Campo 05 - VL_BC_PIS	Campo 05 - VL_BC_PIS
C385 ¹	Campo 05 - VL_BC_COFINS	Campo 05 - VL_BC_COFINS	Campo 05 - VL_BC_COFINS

REGISTRO - C181 - SAIDA - Detalhamento Da Consolidação Pis/pasep

REGISTRO - C181 - SAIDA

C181 - Detalhamento Da Consolidação - Pis/pasep

Registro	Exclusão ICMS
C181	Campo 05 - VL_DESC
C185	Campo 05 - VL_DESC

CST PIS/Pasep	Campo Obrigatório Tabela 4.3.3.		E
CFOP	Campo Obrigatório		E
Valor Total do Item	Campo Obrigatório	Valor do desconto comercial / Exclusão	Campo 5
Base de cálculo PIS/Pasep		Aliquota PIS/Pasep	
Base de cálculo em quantidade PIS/Pasep		Aliquota PIS/Pasep (R\$)	
Valor PIS/Pasep			
Conta Analítica Contábil	REGISTRO 0500		E ...

Salvar

Fechar

C170 - Itens Do Documento

1° 2° 3° 4° 5° 6° 7° 8° 9° 10° 11° 12° 13° 14° 15° 16° 17° 18° 19° 20° 21° 22° 23° 24° 25° 26° 27° 28° 29° 30° 31° 32° 33° 34° 35° 36° 37°

Número sequencial **E**

Item **REGISTRO 0200** **E**

Descrição complementar

Natureza da operação

CST ICMS

CFOP

Unidade

Movimentação física

Quantidade **Valor total** **E** **Valor do desconto**

Alíquota do ICMS **Base de cálculo do ICMS** **Valor do ICMS**

Alíquota do ICMS ST **Base de cálculo do ICMS ST** **Valor do ICMS ST**

Período de apuração do IPI

CST IPI

Código de enquadramento do IPI

Alíquota do IPI **Base de cálculo do IPI**

CST PIS/Pasep **Tabela 4.3.3.** **E**

Alíquota PIS/Pasep **Alíquota PIS/Pasep (em reais)**

Base de cálculo PIS/Pasep **Base de cálculo em quantidade PIS/Pasep**

CST COFINS **Tabela 4.3.4.** **E**

Alíquota COFINS **Alíquota COFINS (em reais)**

Base de cálculo COFINS **Base de cálculo em quantidade COFINS**

Conta analítica contábil **E**

Valores Válidos

Código	Descrição
01	Operação Tributável com Alíquota Básica
02	Operação Tributável com Alíquota Diferenciada
03	Operação Tributável com Alíquota por Unidade de Medida de Pro...
04	Operação Tributável Monofásica - Revenda a Alíquota Zero
05	Operação Tributável por Substituição Tributária
06	Operação Tributável a Alíquota Zero
07	Operação Isenta da Contribuição
08	Operação sem Incidência da Contribuição
09	Operação com Suspensão da Contribuição
49	Outras Operações de Saída
50	Operação com Direito a Crédito - Vinculada Exclusivamente a R...

APRESENTAÇÃO SEM MOVIMENTO

Bloco	Descrição	Registro	Nível	Ocorrência	Obrigatoriedade do Registro
0	Abertura do Arquivo Digital e Identificação da Pessoa Jurídica	0000	0	1	O
0	Identificação da Sociedade em Conta de Participação - SCP	0035	2	1:N	O (se no registro “0000” o campo “IND_NAT_PJ” for igual a “03”, “04” ou “05”)
0	Dados do Contabilista	0100	2	V	OC
0	Regimes de Apuração da Contribuição Social e de Apropriação de Crédito	0110	2	1	O
0	Identificação de EFD-Contribuições sem dados a Escriturar	0120	2	V	OC
0	Plano de Contas Contábeis – Contas Informadas	0500	2	V	OC

Apenas na EFD referente a competência **DEZEMBRO**

“

O diferencial de mercado do bom profissional é o conhecimento.

”

@angelocostaoficial

ac
Angelo Costa

